



CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua dos Crisântemos, 40 - Centro - Tarumã - SP - CEP 19820-000
Fone/Fax: (18) 3329-1139 - CNPJ (MF) 64.614.605/0001-55

Site: www.taruma.sp.leg.br E-mail: camarataruma@camarataruma.sp.gov.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 149/2017, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

Câmara Municipal de Tarumã



PROTOCOLO GERAL 0000531

Data: 23/06/2017 14:43

LEG

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1.247/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OS VEREADORES JOSÉ ADILSON PERCILIANO-PP, ADEMIR BREGAGNOLI-DEM, EVERSON LUIS DE CAMARGO-PPS E APARECIDO SIQUEIRA-PSD, ABAIXO ASSINADOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, APRESENTA O PRESENTE PROJETO DE RESOLUÇÃO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ APROVOU E PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica instituído na Câmara Municipal de Tarumã, a título indenizatório, a partir de 01 de julho de 2017, o Auxílio-Alimentação, no valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais), aos servidores públicos em atividade, efetivos, comissionados e contratados desta Casa de Leis, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.247/2017 de 14 de junho de 2017.

Parágrafo único – Na hipótese de acumulação de cargos na forma da Constituição Federal, o servidor de que trata do art. 1.º desta Resolução, fará jus à percepção de apenas um Auxílio-Alimentação.

Art. 2º - O Auxílio-Alimentação será concedido mediante o fornecimento de cartão magnético ou outra forma assemelhada, hábil à aquisição exclusiva de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais, na forma que dispuser o Ato do Presidente, caso seja necessário.

Parágrafo único – Até que seja efetivado o fornecimento do cartão magnético ou outra forma assemelhada, conforme previsto no *caput* deste artigo, o pagamento será em pecúnia.

Art. 3º - A concessão do Auxílio-Alimentação será realizada de forma proporcional aos dias efetivamente trabalhados mediante apuração no atestado de frequência.

§1º. – Considerar-se-á para desconto do Auxílio-Alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§2º. – O servidor enquadrado na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 1.º desta Lei, deverá fazer opção junto a Secretaria Administrativa da Câmara de qual cargo estará vinculado à apuração de frequência contido no *caput* deste artigo.

§3º. – Os afastamentos, as licenças de qualquer natureza, as abonadas, as faltas justificadas, e todas e quaisquer ausências ao serviço público, para efeito desta Resolução, não serão



CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua dos Crisântemos, 40 - Centro - Tarumã - SP - CEP 19820-000
Fone/Fax: (18) 3329-1139 - CNPJ (MF) 64.614.605/0001-55

Site: www.taruma.sp.leg.br E-mail: camarataruma@camarataruma.sp.gov.br

consideradas como dias de efetivo trabalho, ainda que lei municipal preveja como exercício do serviço público, não ensejando o pagamento do Auxílio-Alimentação.

Art. 4º - O Auxílio-Alimentação instituído por esta Resolução:

I – não tem natureza salarial ou remuneratória;

II – não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos, proventos ou remuneração, bem como sobre ele não incidirá vantagem alguma a que faça jus o servidor, vedada, assim, sua utilização, sob qualquer forma, para cálculo simultâneo que importe em acréscimo de outra vantagem pecuniária;

III – não será configurado como rendimento tributável e nem sofrerá a incidência de contribuição a Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio de Previdência Social;

IV – não será caracterizado como salário utilidade ou prestação *in natura*;

V – não será computado para efeito de cálculo do 13º (décimo terceiro) salário;

Art. 5º - O pagamento indevido do Auxílio-Alimentação caracteriza falta grave, sujeitando o servidor responsável pelo o apontamento da frequência ou a autoridade competente às penalidades previstas em lei.

§1º. - Os valores indevidamente recebidos, a maior, serão restituídos ou compensados nos mês subsequente, de uma só vez, com desconto em folha de pagamento.

§2º. – Os valores indevidos, a menor, e, desde que, comprovadamente fique evidenciada a falha eletrônica do ponto, sua restituição ocorrerá no mês subsequente.

Art. 6º - O Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro de que trata o artigo 16 da Lei Complementar n.º 101/2000, segue no Anexo I, cujo fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 7º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do Elemento de Despesa 3.3.90.46 – Auxílio-Alimentação, da Unidade Orçamentária Manutenção Secretaria da Câmara.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua Publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua dos Crisântemos, 40 - Centro - Tarumã - SP - CEP 19820-000
Fone/Fax: (18) 3329-1139 - CNPJ (MF) 64.614.605/0001-55

Site: www.taruma.sp.leg.br E-mail: camarataruma@camarataruma.sp.gov.br

Art. 9.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tarumã, 20 de junho de 2017.
27º. Ano de Emancipação Política
25º. Ano de Instalação.

JOSÉ ADILSON PERCILIANO
VEREADOR-PP
PRESIDENTE

ADEMIR BREGAGNOLI
VEREADOR-DEM
VICE-PRESIDENTE

EVERSON LUIS DE CAMARGO
VEREADOR-PPS
1º SECRETÁRIO

APARECIDO SIQUEIRA
VEREADOR-PSD
2º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua dos Crisântemos, 40 - Centro - Tarumã - SP - CEP 19820-000

Fone/Fax: (18) 3329-1139 - CNPJ (MF) 64.614.605/0001-55

Site: www.taruma.sp.leg.br E-mail: camarataruma@camarataruma.sp.gov.br

ANEXO I

Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro

(de que trata o art. 16 da Lei Complementar n. 101-2000)

1-) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

Art. 16, I e §2.º, da LRF

| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | TOTAL DE SERVIDORES | Impacto Previsto p/ 2017 | Impacto Previsto p/ 2018 | Impacto Previsto p/ 2019 |
|----------------------|---------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Secretaria da Câmara | 06 | 6.600,00 | 13.200,00 | 13.200,00 |
| TOTAL | 06 | 504.900,00 | 1.009.800,00 | 1.009.800,00 |

MEMÓRIA DE CÁLCULO

**Nota Explicativa:* A estimativa para o exercício de 2017 corresponde ao período de 01.07.2017 a 31.12.2017 (06 meses); Cálculo: total de servidores x 6 x R\$110,00;

**Para o ano de 2018:* Total de Servidores x 12 x R\$110,00;

**Para o ano de 2019:* Total de Servidores x 12 x R\$110,00;

2-) ESTIMATIVA CONSOLIDADA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

Art. 16, I e §2.º, da LRF

| DESPESA C/ AUXÍLIO CRIADO CONSOLIDADO | Valores Mensais | EXERCÍCIOS | | |
|---------------------------------------|-----------------|------------|----------|-----------|
| | | 2017 * | 2018 | 2019 |
| 3.3.90.46 – Auxílio Alimentação | R\$ 660,00 | 3.960,00 | 7.920,00 | 7.920,00 |
| TOTAL | R\$ 660,00 | 3.960,00 | 7.920,00 | 7.920,000 |

- Cálculo a partir de 01.07.2017 (06 meses);

ART. 17, §§1., 2.º e 4.º DA LRF

**Nota Explicativa:* A origem dos recursos são as consignadas no Orçamento na sua vigência pertinente aos exercícios 2017, 2018 e 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua dos Crisântemos, 40 - Centro - Tarumã - SP - CEP 19820-000
Fone/Fax: (18) 3329-1139 - CNPJ (MF) 64.614.605/0001-55

Site: www.taruma.sp.leg.br E-mail: camarataruma@camarataruma.sp.gov.br

3-) DECLARAÇÃO:

**JOSÉ ADILSON PERCILIANO, Presidente da
Câmara Municipal de Tarumã, no uso de suas
atribuições legais,**

D E C L A R A, para os fins de cumprimento do inciso II, do Art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de Maio de 2000), que a despesa que se pretende fazer está adequado com o Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, possuindo ainda firme disponibilidade financeira para o cumprimento da nova despesa criada.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Tarumã, em 20 de Junho de 2017.

**José Adilson Perciliano
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ**



CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua dos Crisântemos, 40 - Centro - Tarumã - SP - CEP 19820-000

Fone/Fax: (18) 3329-1139 - CNPJ (MF) 64.614.605/0001-55

Site: www.taruma.sp.leg.br E-mail: camarataruma@camarataruma.sp.gov.br

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:
Nobres Edis:

A presente propositura legislativa vem atender o que determina a Lei Municipal n.º 1247/2017, que estabelece aos nossos servidores públicos municipais a percepção de Auxílio-Alimentação.

Conforme se infere do texto normativo, trata-se de benefício instituído com natureza jurídica indenizatória, portanto, não integrando para qualquer efeito à remuneração ou vencimentos, além de não considerar como rendimento tributável e base para recolhimento das contribuições previdenciárias, tanto para o Regime Geral de Previdência Social tanto para o Regime Próprio de Previdência Social. Também, não sendo considerado como salário utilidade e nem computado para efeito de cálculo do 13º salário.

Isto posto, certos e convictos de que este Projeto de Resolução representa os anseios dos servidores dessa Casa de Leis, aguardamos que Vossa Excelência e eminentes pares possam o estar analisando, com a costumeira justiça, e será, com certeza objeto de aprovação por esta Egrégia Casa de Leis.

Certos e convictos de que este Projeto de Resolução representa os anseios dos servidores do Poder Legislativo, em igualdade aos funcionários públicos da municipalidade, aguardamos que Vossa Excelência e eminentes pares possam estar analisando-o, com a costumeira justiça e será, com certeza objeto de aprovação por esta Egrégia Casa de Leis.

Atenciosamente.

JOSÉ ADILSON PERCILIANO
VEREADOR-PP
PRESIDENTE

ADEMIR BREGAGNOLI
VEREADOR-DEM
VICE-PRESIDENTE

EVERSON LUIS DE CAMARGO
VEREADOR-PPS
1º SECRETÁRIO

APARECIDO SIQUEIRA
VEREADOR-PSD
2º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua dos Crisântemos, 40 - Centro - Tarumã - SP - CEP 19820-000
Fone/Fax: (18) 3329-1139 - CNPJ (MF) 64.614.605/0001-55

Site: www.taruma.sp.leg.br E-mail: camarataruma@camarataruma.sp.gov.br

OFÍCIO/CMT/ESPECIAL

ASSUNTO: Encaminha Projeto de Resolução

Tarumã, 20 de Junho de 2017.
27º. Ano da Emancipação Política
25º. Ano da Instalação.

JOSÉ ADILSON PERCILIANO-PP, ADEMIR BREGAGNOLI-DEM, EVERSON LUIS DE CAMARGO-PPS E APARECIDO SIQUEIRA-PSD vereadores desta casa de Leis, fazendo uso de suas atribuições, vem encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Resolução 149/2017, do poder Legislativo que **“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARUMÃ, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1.247/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”** para ser incluso na pauta da sessão ordinária.

Outrossim, requeremos os tramites regimentais.

Sendo só para o momento, reiteramos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

JOSÉ ADILSON PERCILIANO
VEREADOR-PP
PRESIDENTE

ADEMIR BREGAGNOLI
VEREADOR-DEM
VICE-PRESIDENTE

EVERSON LUIS DE CAMARGO
VEREADOR-PPS
1º SECRETÁRIO

APARECIDO SIQUEIRA
VEREADOR-PSD
2º SECRETÁRIO

Ao Exmo. Sr.
JOSÉ ADILSON PERCILIAO
Presidente da Câmara – Tarumã/SP

Câmara Municipal de Tarumã

PROTOCOLO GERAL 0000531
Data:23/06/2017 14:43
LEG